

Sérgio Lessa

Prof. do Depto. de Filosofia da UFAL
e membro das editorias das revistas
Crítica Marxista e Práxis.

Tudo ou nada: Para Além do Capital de I. Mészáros

Trotsky, em um dos seus belos momentos, definiu o revolucionário como aquele que alarga as fronteiras do possível. A leitura de *Beyond Capital*¹, o último livro de Istvan Mészáros, tem um impacto equivalente: nos remete a novos horizontes. Envolvidos, como estamos, na luta defensiva contra a maré contra-revolucionária dos nossos dias, presos a uma estratégia defensiva que se tornou como uma nossa «segunda natureza», pressionados por uma crise teórica de enormes proporções, que se revela na incapacidade generalizada, não apenas de compreender o presente, mas mesmo de se apoderar do patrimônio teórico do passado; — nesse contexto o livro de Mészáros oferece questionamentos os mais radicais, e argumentos os mais convincentes de que nenhuma acumulação é possível, no sentido de superar o capital, se não ado-

tarmos uma estratégia socialista ofensiva, que articule, já e agora, os problemas cotidianos com a necessária (veremos a ordem dessa necessidade) superação do capital. Não se trata de desconsiderar as mediações, digamos, táticas, imprescindíveis para que um projeto revolucionário possa se transformar em um patrimônio dos trabalhadores — mas de avaliar tais mediações a partir de um referencial que vá para além do capital, de modo a que possam efetivamente ser mediações entre o presente e a sociedade emancipada, e não meramente mediações entre distintas formas de regência do capital. Em Mészáros não há, como ocorre em muitos discursos «maximalistas», qualquer desprezo pelas mediações conjunturais, táticas.

A argumentação de Mészáros é ainda mais surpreendente, no con-

texto das últimas décadas, por sua peculiar posição no debate acerca da concepção de Estado em Marx. É bastante conhecido como, partindo da afirmação da insuficiência ou inexistência de uma teoria do Estado e da política em Marx, vários autores, como Colletti, evoluíram para teses que afirmam o Estado e a política como mediações sociais indispensáveis para a vida civilizada. As teses marxianas que propõem a incompatibilidade ontológica entre Estado, política e emancipação humana são rejeitadas *in limine* por esses autores. Mészáros, nesse debate, concede que em Marx não se encontram desenvolvidas nem uma teoria do Estado nem da política. Postula, ainda, que as teorizações de Marx acerca do capital não são suficientes nem para explicar as suas peculiaridades atuais, nem para a compreensão da sociabilidade con-

¹ Mészáros, István. *Beyond Capital*. Merlin Press, Londres, 1995.

temporânea. Por essas e outras razões, segundo ele, há a necessidade de ultrapassar os limites da elaboração teórica de Marx que, quer por ter já mais de um século, quer por não ter desenvolvido suficientemente diversas questões, é insuficiente para a elaboração de uma plataforma revolucionária nos dias atuais.

Contudo, esse reconhecimento das debilidades e incompletudes das teorizações marxianas não conduziu Mészáros, como ocorreu com Colletti e outros, ao abandono da tese acerca da necessidade do defenecimento do Estado. Pelo contrário, busca Mészáros desenvolvê-la, mostrando a sua atualidade histórica. Do mesmo modo, o reconhecimento da carência de uma teoria política plenamente explicitada não levou o autor de *Beyond Capital* a abandonar a concepção marxiana acerca da negatividade da política, nem o seu corolário necessário, qual seja, a necessária extinção da política e do direito numa sociedade emancipada.

Em suma, o reconhecimento dos limites das investigações de Marx serve, em *Beyond Capital*, de poderoso ponto de apoio para a crítica a mais radical das teses reformistas. Desse modo, o *ir para além de Marx* de Mészáros tem um sentido muito preciso — e surpreendente, repetimos, no debate contemporâneo: resgatar a validade de todas as suas teses mais fundamentais e revolucionárias. Em primeiro lugar, e acima de tudo, a tese acerca da *necessidade história* da

superação do capital por uma sociedade emancipada, baseada na «livre organização dos produtores associados», através de uma ruptura revolucionária. Não se trata de aparar as arestas no sentido de tornar o socialismo compatível com uma forma mais civilizada de capital, mas de avançar para além do esforço marxiano, abandonando o que dele houver sido ultrapassado pelo desenvolvimento histórico e investigando os temas por ele inexplorados ou insuficientemente pesquisados.

Há, ainda, um outro aspecto de *Beyond Capital* que certamente causará polêmica, ao menos entre os estudiosos de Lukács. Argumenta Mészáros que a filiação do filósofo húngaro à tese (para Mészáros completamente equivocada) do «socialismo em um só país», teria levado Lukács à insustentável obrigação de ter que enxergar nas sociedades pós-revolucionárias, de tipo soviético, mediações historicamente concretas da passagem do capitalismo ao socialismo. Isso, sempre segundo Mészáros, teria feito com que Lukács, ao tratar da transição ao socialismo, perdesse as categorias econômicas específicas a esse processo, não tendo por isso outro remédio senão fundá-lo no terreno ético, substituindo o ser pelo dever-ser. Em outras palavras, a defesa por Lukács da sociedade soviética como socialista apenas teria sido possível pelo abandono da análise concreta da sua reprodução e, concomitantemente, pela substituição, no processo de transi-

ção, das mediações materiais pela supervalorização da ética. Desse modo, ao tratar da transição ao socialismo, Lukács teria caído em uma posição moralista — o que, argumenta Mészáros, não é uma novidade em se tratando de Lukács, pois uma posição semelhante pode ser encontrada em seus escritos de 1920, em especial, mas não apenas, em *História e Consciência de Classe*. Haveria, portanto, uma linha de continuidade decisiva entre o Lukács dos anos vinte e suas obras de maturidade, *Para uma Ontologia do Ser Social* inclusive. Apesar de esta última ser uma «obra monumental», ela compartilharia com os escritos da juventude do filósofo uma concepção, no fundo, moralista da transição ao socialismo.

Vale salientar, como contraponto, que na crítica à *Ontologia* não é exatamente uma novidade a afirmação de uma linha de continuidade entre o jovem e o Lukács maduro. Na verdade, é um veio muito explorado pelos antigos membros da Escola de Budapeste, com os resultados já conhecidos. Há que se reconhecer, também, que nas críticas de *Beyond Capital* ao Lukács da maturidade alguns procedimentos são questionáveis. Em primeiro lugar, o fato de *Beyond Capital* não apresentar uma investigação mais detalhada do próprio texto da *Ontologia*, se apoiando na enorme maioria das vezes em textos da juventude ou então no opúsculo *O homem e a democracia*². Como não está demonstrado que esse opúsculo é a conclusão polí-

tica necessária da *Ontologia*, a passagem direta de um a outro como faz Mészáros não é necessariamente válida. E também é digno de nota que Mészáros não leva em consideração a bibliografia mais significativa produzida nas últimas décadas acerca de Lukács, em especial as investigações de Guido Oldrini e Nicolas Tertulian. Tais autores apontam justamente o inverso de Mészáros, tanto acerca da continuidade entre o Lukács dos anos vinte e o da maturidade, como também no que diz respeito à relação entre o filósofo húngaro e o stalinismo.

Contudo, essas debilidades, certamente sérias, não devem levar o leitor à recusa *a priori* da validade das ponderações de Mészáros acerca de Lukács. Elas foram gestadas ao longo de décadas de uma rica convivência com o pensamento lukácsiano e apontam debilidades até hoje nunca assinaladas no último Lukács. E a refutação, ou confirmação, das críticas de Mészáros a Lukács exigirá uma exploração detalhada, e inovadora, de alguns aspectos até agora intocados da *Ontologia*, em especial dos elementos delineadores de uma teoria da transição da qual nenhuma ontologia revolucionária (ontologia «crítica», no dizer de Oldrini³) poderia se furtar — como, ousar adiantar,

Lukács não se furtou. O que Mészáros, a meu ver, traz como contribuição mais significativa para esse debate é a perspectiva de, digamos assim, ultrapassagem pela esquerda do «reformismo» de Lukács. E, ao fazê-lo, as questões que levanta e o viés interpretativo que propõe — ao contrário da «Escola de Budapeste» — tem por objetivo resgatar as teorizações de Lukács para um projeto socialista, separando o joio (representado pelas deformações em suas teorizações ontológicas advindas de sua adesão à incorreta tese do socialismo em um só país) do trigo (sua leitura original dos delineamentos ontológicos deixados por Marx).

Como a esse aspecto de *Beyond Capital* — a crítica de Mészáros a Lukács — pretendemos voltar em futuro próximo, passaremos imediatamente aos argumentos mais importantes das teses centrais de *Beyond Capital*.

A favor de sua tese acerca da necessidade histórica de uma ofensiva socialista, Mészáros apresenta dois argumentos decisivos: a incontrolabilidade do capital, que inviabilizaria qualquer projeto reformista, seja ele social-democrata ou do tipo soviético; e o caráter crescentemente destrutivo do capital, que coloca como única alternativa his-

tórica a destruição da humanidade ou a destruição do capital. Vamos à discussão de cada um deles.

1 – A incontrolabilidade do capital

O ponto de partida da crítica de Mészáros aos projetos reformistas de todos os matizes é a sua tese acerca da incontrolabilidade ontológica do capital. Segundo ele, todos os projetos reformistas têm em comum a concepção segundo a qual o capital pode ir sendo gradualmente controlado, possibilitando sua domesticação, sua civilização, sua desalienação. A transição para o socialismo seria um longo processo de desenvolvimento de mediações extra-econômicas que imporiam ao capital uma forma cada vez mais humana, cada vez menos alienada. Ao final desse processo teríamos o socialismo. Em poucas palavras, através de mediações extra-econômicas os projetos reformistas pretendem desalienar o capital.

Trágico equívoco, argumenta Mészáros. Pois o «capital não é uma ‘entidade material’[,] /.../ mas um modo metabólico fundamentalmente incontrolável de controle social» (41). Ele surgiu na história como «até o presente, de longe a mais poderosa /.../ estrutura ‘totalizante’ de

• • • • •
 • ² Lukács, G. *Demokratisierung heute und morgen*. Há traduções para o francês (*Socialisme et Democratization*, Messidor/Édition Sociales, 1989), para o italiano (*Luomo e la democrazia*, Lucarini Ed., Roma, 1987).

• ³ Oldrini, G. «Para ir às raízes da ontologia (marxista) de Lukács». Conferência apresentada no Simpósio Lukács 25 Anos, UNICAMP-UFAL, agosto-setembro 1996. Ainda não publicada, cópia xerografada pode ser obtida junto ao Centro de Documentação Lukács, Biblioteca Central, Universidade Federal de Alagoas, Campus A. C. Simões, Maceió, Alagoas.

controle, no interior da qual todo o resto, inclusive seres humanos, deve se encaixar, e provar desse modo sua ‘viabilidade reprodutiva’, ou perecer se falhar nisso.»⁴

Em outras palavras, como o capital é um processo cuja essência é a

«circularidade perversa /.../ [pela qual] o trabalho enquanto trabalho *objetivado* e *alienado* se transforma em capital e, enquanto *personificação do capital*, confronta, assim como domina, o trabalhador — não há escape do círculo vicioso da auto-reprodução ampliada do capital enquanto modo sócio-metabólico mais poderoso de controle jamais conhecido na história. Pois o poder que domina o trabalhador é, de forma circular, o próprio poder do trabalho social transformado, que assume uma ‘forma fantasiada/travestida’ e assenta a si própria na ‘situação *fetichizada* na qual o *produto é o proprietário do produtor*’.» (p. 607)

É nesse preciso sentido, argumenta Mészáros, que o capital é literalmente *causa sui*, é seu próprio sujeito.

«Enquanto modo de controle sócio-metabólico, o sistema do capital é único na história também no sentido de que ele é, propriamente falando, um sistema de controle *sem sujeito*. Pois as determinações objetivas e os imperativos do capital devem sempre prevalecer contra os desejos subjetivos — para não mencionar as reservas críticas poten-

ciais — do *pessoal* de controle que é convocado para traduzir os seus imperativos em diretrizes práticas. Essa é a razão do porquê o pessoal dos escalões mais altos da estrutura de comando do capital — tanto se pensamos em capitalistas privados ou em burocratas do partido — podem apenas ser considerados ‘personificações do capital’, independente de quão entusiásticos, ou não, enquanto indivíduos particulares, para levar adiante os ditames do capital. Nesse sentido, através da determinação estrita de sua margem de ação pelo capital, os sujeitos humanos enquanto ‘controladores’ do sistema são de fato, eles próprios, *controlados* no atacado, e, portanto, em última análise nenhum sujeito auto-determinante pode ser dito estar no controle do sistema.» (65-6)

Para Mészáros, portanto, qualquer ilusão acerca da possibilidade de se controlar «o capital tratando-o como uma ‘coisa material’ associada a ‘relação simples’ com seu proprietário privado» seria profundamente desencaminhadora. Sendo ele «sua própria causa» — e sendo todos os momentos de sua reprodução «sempre capital» — não basta a supressão de formas históricas particularizadoras do capital (por ex., a propriedade privada) ou então o controle político de suas tendências de desenvolvimento (por ex., a legislação contrária à monopolização da economia). Analogamente, a abolição jurídica da propriedade privada, ou a eliminação dos proprietários privados, não se-

riam suficientes para conduzir à superação do capital. A emancipação humana exige muito mais, «/.../ requer a substantiva auto-emancipação do trabalho/.../». (609-10)

Essa concepção de Mészáros, pela qual o capital compõe uma forma de relação social com tal densidade universal que absorve *em sua legalidade* todas as relações sociais, sendo por isso literalmente incontrolável, exhibe uma clara filiação à concepção de totalidade tal como, neste século, resgatada pela leitura de Marx por Lukács (e, também, por Gramsci em algumas passagens dos *Cadernos do Cárcere*). Sendo muito breve, essa concepção afirma ser a totalidade, em primeiro lugar, uma dimensão tão real como qualquer singularidade. Singularidade e universalidade seriam distintas determinações, igualmente "reais, do ser-precisamente-assim existente. Em segundo lugar, a universalidade se distinguiria, no plano ontológico mais abstrato, das suas singularidades por exibir uma qualidade que estes não possuem. Essa qualidade viria do caráter sintético do universal frente ao singular; em suma, por ser ela a síntese dos singulares *e das suas conexões e inter-relações*. Essa distinta qualidade da totalidade frente ao singular é o fundamento ontológico basilar que possibilitaria, em se tratando do capital, que ele possuía, enquanto totalidade, uma qualidade intrínseca que vai para além da qualidade de suas partes constituintes. E, também por esse motivo, a



⁴ Mészáros, I. *Beyond Capital*, op. cit., pg. 41. As citações dessa obra serão feitas no corpo do texto, entre parênteses, para evitar um número excessivo de notas de rodapé.

abolição do capital poderia se dar apenas e tão somente pela destruição da sua universalidade, sendo absolutamente insuficiente a destruição de alguns de seus momentos parciais. Por isso, para Mészáros toda e qualquer estratégia reformista tenderá inexoravelmente a ser absorvida pelo capital — este apenas pode ser destruído, controlado jamais.

2 – Os «limites absolutos» do capital

O segundo argumento central de Mészáros a favor da sua tese acerca da atualidade histórica de uma ofensiva socialista é o caráter essencialmente destrutivo decorrente das «mais internas determinações estruturais do sistema do capital» (p. 32). Ao transformar tudo em mercadorias, ao absorver todas as práxis sociais no círculo vicioso da sua totalidade, ao subsumir as necessidades humanas à sua própria auto-reprodução ampliada — o capital se constitui em uma *causa sui* essencialmente desumana, alienada, destrutiva. Se, em períodos históricos anteriores, essa sua essência totalizante possibilitou ao capital exercer um papel revolucionário, libertando a humanidade do *Ancien Régime*; hoje, quando o sistema do capital se aproximaria de seus «limites absolutos» (448), ela explicitaria plenamente a sua essência destrutiva.

Tal como com a afirmação do capital enquanto verdadeira *causa sui*, a tese de Mészáros acerca dos «limites absolutos» ao desenvolvimento do capital pode sugerir a um

leitor mais apressado (e o mundo está cheio deles) uma interpretação que a descaracterizaria por completo. Sabemos bem os problemas que causaram ao marxismo teses aparentemente semelhantes. Por um lado, levaram à afirmação da inevitabilidade da revolução, tese que marcou forte presença no marxismo da II Internacional na passagem do século XIX ao XX. Por outro lado, principalmente, mas não apenas na III Internacional, a afirmação de que o capital atingira seus limites fundamentou teorias catastrofistas que, repetida e equivocadamente, previram o seu colapso total. É difícil que se exagere o quanto essas teses foram desencaminhadoras, para dizer o mínimo, do movimento revolucionário.

A tese de Mészáros, contudo, em nada se aproxima dessas formulações. Acima de tudo, porque faz parte de uma estrutura categorial em tudo distinta, para sermos breves, do reformismo e do stalinismo. Suas concepções acerca da relação entre essência e fenômeno, entre continuidade, necessidade e acaso, para ficarmos apenas com alguns exemplos, são tão distantes das concepções reformistas e stalinistas como, digamos, o era Marx de Kant. E, em segundo lugar, porque sua própria concepção de capital (modo de controle sócio-metabólico caracterizado pelo domínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo) não apenas é antípoda às concepções, novamente para ser breves, reformistas e stalinistas, como ainda abre espaço para a possibilidade da sua manutenção mesmo em formações sociais, e re-

lações jurídicas, muito diversas das do capitalismo clássico.

Como não poderia deixar de ser, a afirmação por Mészáros da existência de «limites absolutos» ao capital leva em consideração que eles são socialmente postos, isto é, correspondem a determinada relação dos homens entre si e com a natureza e que, portanto, alterações dessa relação podem alargar o espaço de manobra do próprio capital. Em linhas gerais, sempre segundo Mészáros, o capital, ao longo de todo o seu desenvolvimento, nada mais tem feito senão deslocar as suas contradições auto-destrutivas a patamares historicamente cada vez mais elevados. Contudo, continua nosso autor, essa sua capacidade em deslocar seus limites não significaria que eles não existem — significaria apenas que «tais mudanças devem ser concebidos enquanto o *ir-sendo de um processo* cujos limites últimos, ou ‘absolutos’, não podem ser prontamente prefigurados, apesar de existirem assim mesmo.» (448) Tais limites, continua nosso autor,

«*permanecem operantes* todo o tempo. /.../ eles permanecem operantes, mesmo quando um exitoso reajustamento e extensão dos limites anteriores cria uma situação política favorável e economicamente estável para a ‘velha ordem’, /.../, dessa forma impedindo a reversão com sucesso das próprias [do capital] tendências fundamentais.» (p. 458)

Em se tratando dos limites inerentes ao capital, Mészáros traça um autêntico *tertium datur* entre as concepções liberais e as concepções de-

terministas-reformistas. Existiriam limites absolutos à expansão do capital, contudo esses limites nem podem ser prefigurados antecipadamente, nem impõem uma alternativa única. Na ausência de um sujeito revolucionário historicamente operante, até mesmo uma crise estrutural causada pela aproximação aos «limites absolutos» do sistema pode conduzir, não à superação, mas sim a reajustamentos e deslocamentos das contradições de modo a, com custos sociais cada vez mais altos — no limite, com a própria eliminação de parte da humanidade —, garantir a sobrevivência do capital enquanto momento predominante do metabolismo social. A possibilidade de deslocamento desses limites a favor do capital não significa que eles não existam: significa apenas que eles foram historicamente reconfigurados.

É nesse contexto que a afirmação por Mészáros da existência de «limites absolutos» ao desenvolvimento do capital deve ser compreendida. Por um lado, argumenta ele, a negação desses limites é uma absoluta necessidade teórica para a tese que afirma a possibilidade de desenvolvimento infinito do capital. Enquanto sistema que só pode existir em permanente expansão, já que o ponto de chegada de um seu ciclo reprodutivo apenas pode servir como ponto de partida para um novo ciclo, o reconhecimento da existência de «limites absolutos» inviabilizaria toda e qualquer hipótese acerca da sua perenidade. Não é por acaso, portanto, que os ideólogos da ordem defendem com afinco a inexistência de limites ao sistema do capital.

Por outro lado, se vivemos em um planeta finito, e somos parte de uma humanidade finita, seria um contrassenso imaginar que os recursos naturais e sociais requeridos para a expansão destrutiva do capital sejam ilimitados. Não apenas em termos ecológicos (consumo de energia, de água, de recursos naturais não renováveis, etc.) nos aproximamos dos limites do planeta Terra; como ainda as contradições geradas pela incontável expansão do capital. Antes de nos determos sobre essas contradições que atualmente conduziriam o sistema do capital à proximidade de seus «limites absolutos», salientemos que não há em Mészáros nenhum determinismo econômico, seja lá de que espécie for, nem qualquer proximidade às teses catastrofistas da III Internacional, ao afirmar ele a existência de «limites últimos ou ‘absolutos’» à expansão do capital.

3 – A destrutividade atual do capital

No século XX, sempre segundo *Beyond Capital*, o deslocamento dos limites do sistema do capital, por mediações socialmente traumáticas como as duas guerras mundiais e a crise de 1929, terminou por lançar os fundamentos da crise estrutural em que atualmente vivemos. No contexto do pós-guerra, a saturação dos mercados, a constante ameaça de superprodução frente à incapacidade estrutural de ampliação dos mercados no mesmo ritmo do desenvolvimento da produção, levou o capital a

«perseguir uma estratégia de ‘realização’ que não apenas superasse as limitações imediatas das demandas flutuantes de mercado, mas ao mesmo tempo tivesse sucesso em se livrar radicalmente dos *constrangimentos estruturais* do valor-de-uso enquanto associado às necessidades humanas e consumo real.»(582-3)

Em outras palavras, a estratégia do capital no pós-guerra buscou desvincular produção do consumo, de tal modo a se libertar de muitos dos «constrangimentos estruturais» que advêm das necessidades humanas. Ainda que a produção não possa se tornar absolutamente independente das necessidades humanas, argumenta Mészáros que há um longo percurso a ser percorrido nessa direção através, por um lado, da intensificação da «obsolescência planejada» e, por outro, da criação do Complexo Industrial Militar. Fenômeno típico do pós-guerra, o Complexo Industrial Militar é capaz de alocar vastíssimas quantidades de recursos na produção do que *não pode ser consumido* (a utilização das armas nucleares, por exemplo, é uma impossibilidade em se tratando da sobrevivência da humanidade). Desse modo, ainda que apenas em um setor específico da economia — mas de modo algum secundário —, o Complexo Industrial Militar alcançou a tão perseguida identificação funcional entre consumo e destruição. Nas palavras de Mészáros, a

«grande inovação do complexo industrial-militar para o desenvolvimento capitalista está em que ele oblitera em uma maneira efetivamente praticá-

vel a literal distinção vital entre *consumo* e *destruição*. /.../ ele corta o nó górdio bastante complicado do capitalismo 'avançado' pela reestruturação da estrutura da produção e consumo de tal modo a remover por todas as intenções e propósitos a necessidade de consumo real. Em outras palavras, ele aloca uma porção maciça e sempre crescente dos recursos humanos e materiais da sociedade a uma forma de produção parasitária e *que-se-auto-consome* a qual está tão radicalmente dissociada, e de fato oposta, às efetivas necessidades humanas e ao consumo correspondente, que pode conceber com sua própria *racionalidade* até mesmo a total destruição da espécie humana.»(590-1)

Nas palavras de Mészáros, se «A taxa decrescente de utilização é uma das leis tendenciais do desenvolvimento capitalista mais importantes e de longo alcance», «a emergência do complexo industrial-militar com base na mesma tendência é um assunto inteiramente diferente [de levar o trabalhador a consumir dois pares de sapato, ao invés de um]» (580) Agora, o caráter destrutivo do capital se explicita na produção de artefatos de exterminação maciça que, pela primeira vez na história, colocam como uma possibilidade efetiva a destruição do planeta. Essa «mudança radical da produção genuinamente orientada para o *consumo* para outra orientada para a *destruição*» (583) é uma *necessidade* apenas explicável, segundo Mészáros, pela aproximação do sistema do capital ao seus limites históricos.

O Complexo Industrial Militar, continua *Beyond Capital*, também

realiza a subsunção da demanda à produção de modo nunca antes imaginado. Nessa esfera, ele realiza um «verdadeiro salto qualitativo». Além de livrar a produção do «constrangimento disfuncional /.../ do consumo efetivo» (587), o Complexo Industrial Militar supera também as incertezas, e os limites de um mercado formado por compradores individuais: seu escopo agora é «A Nação» enquanto tal.(593)

Esse desenvolvimento é decisivo, sempre segundo Mészáros, para a consubstanciação histórica do atual padrão de reprodução capitalista. Em comparação com os sistemas de capital anteriores, o

«novo sistema é caracterizado pela sub-utilização institucionalizada tanto das forças produtivas e produtos, por um lado, e por outro, pela presente, constante ao invés de súbita, dissipação ou destruição dos resultados da superprodução através de uma redefinição prática da relação oferta/demanda no próprio processo de produção, ele próprio adequadamente reestruturado. É precisamente essa importante mudança na relação entre produção e consumo que permite ao capital evitar [*to do away*], até agora, com os colapsos espetaculares do passado, como o crash dramático de Wall Street em 1929. Desse modo, contudo, as crises do capital de modo algum são radicalmente superadas, mas apenas '*dispersadas*', tanto *temporalmente* quanto no que se refere à sua locação *estrutural* na estrutura global.» (597)

Por esse mecanismo, continua Mészáros, a «anormalidade»(597) da crise pode ser assimilada à pró-

pria normalidade do sistema. Agora, o padrão de desenvolvimento normal pode assumir a forma de uma «*depressão contínua*» [*depressed continuum*] (598), «exibindo as características de uma crise *cumulativa, endêmica, crônica, permanente*, com a perspectiva última de uma *crise estrutural* cada vez mais profunda.»(598)

Em suma, segundo Mészáros o caráter destrutivo do capital se encontraria hoje plenamente explicitado. E com tal intensidade que, se no passado a auto-reprodução do capital coincidia com a produção, hoje elas estão em contradição, fazendo com que «numa extensão já grande e sempre crescente — de forma inescapável [a reprodução do capital se apresente] como *produção auto-destrutiva*, em genuína oposição antagônica com a *produção*.»(599)

Beyond Capital expõe argumentos os mais convincentes — os quais infelizmente não temos espaço para expor sequer resumidamente — para demonstrar em que importante medida tanto a dissociação entre consumo e produção, quanto a submissão da demanda à produção, ao potencializarem o caráter destrutivo do capital inauguraram um período de relativo equilíbrio que possibilitou e exigiu a gênese e o apogeu do *Welfare State*. Este seria, na sua essência, a expressão historicamente determinada de um novo e qualitativamente mais elevado padrão de alienação — e não, como querem alguns, momentos de democratização do Estado pela maior

presença daquilo que entendem ser o seu antípoda, aquilo que denominam «sociedade civil». Pois foi na forma societária do *Welfare State* que o capital pôde, com uma intensidade inédita⁵, dissociar produção e consumo (ou seja, desvincular a produção das necessidades humanas historicamente concretas); retirar o valor-de-uso do processo produtivo (realizando assim a mais absoluta conversão imaginável do trabalho humano em puro valor de troca, o que significa a mais completa e imaginável alienação da práxis social: a perda do humano no intercâmbio orgânico com a natureza); e, por fim, tal processo de alienação social tem um outro corolário, segundo Mészáros não menos necessário. A infinita expansão do sistema não pode se efetivar a não ser pela mais absurda desconsideração dos limites dos recursos disponíveis ao «o padrão de produção cancerosamente crescente e cada-vez-mais-perdulário» (583) do capital. A destruição crescente dos recursos naturais (muitos deles não renováveis, lembremos) e da força de trabalho são evidências alarmantes da intensidade a que se chegou nesse processo.

Para Mészáros, portanto, o velho sonho, tão característico dos anos cinquenta e sessenta, de que o *American Way of Life* seria o futuro da humanidade, hoje se desfaz na desilusão e na percepção, não menos

generalizada do que o antigo sonho, de que dias piores nos aguardam à frente. O «fantástico» desenvolvimento das forças produtivas sob o capital desvela hoje a sua verdadeira essência destrutiva, e por isso «a produção de uma ‘abundância cada vez maior’ se transforma em um sonho cada vez mais elusivo /.../». Nos nossos dias, apenas «abstratamente» (596) o desenvolvimento do capital pode ser identificado à potencialização da riqueza humana. Junto com as ilusões acerca do capitalismo de consumo de massa e do *Welfare State*, argumenta Mészáros que foram historicamente desautorizados também todos os sonhos reformistas que apontavam para a possibilidade de uma domesticação e civilização do capital pela diminuição da distância entre os países centrais e os países periféricos do sistema, aliada à diminuição da distância entre ricos e pobres no interior das próprias sociedades mais desenvolvidas. Hoje, conclui Mészáros,

«.../ os limites do capital não podem ser concebidos meramente como obstáculos materiais para um aumento ainda maior da produtividade e riqueza sociais, e portanto como um freio ao desenvolvimento, mas sim como um desafio direto à própria sobrevivência da humanidade.» (599)

A impossibilidade ontológica de controle do capital por mediações políticas, extra-econômicas (a impossibilidade de domesticação do

capital por meio de políticas reformistas), aliada à presente aproximação, até quase à identificação, da produção com a produção destrutiva, são os pontos de apoio que permitem a Mészáros argumentar a atualidade de uma ofensiva socialista para os dias em que vivemos.

4 – A atualidade da ofensiva socialista

A intensidade com que hoje se apresentam incontabilidade e a destrutividade essenciais ao capital funda, segundo Mészáros, a atualidade histórica da ofensiva socialista, já que objetivamente estamos em uma «era de transição». Para Mészáros,

«Numa escala historicamente relevante, uma *era de transição* inicia-se no momento em que as forças dominantes da velha ordem são *forçadas* por uma *crise aguda* a adotar remédios que seriam a elas totalmente inaceitáveis sem esta crise, introduzindo, desse modo, um *corpo estranho* na estrutura original, com conseqüência *por fim* destrutivas, não importando quão benéficos os resultados imediatos.» (458)

Já vimos que, para Mészáros, a atual crise estrutural do capital tem introduzido «corpos estranhos» em sua «estrutura original», corpos esses que possibilitam deslocar as contradições no curto prazo agravando-as num prazo mais longo.

• • • • •

• ⁵ Mas de modo algum absoluta, argumenta Mészáros, dada a impossibilidade ontológica da completa e absoluta desarticulação entre valor de uso e valor de troca, a não ser em se tratando de setores específicos da práxis social.

A esse respeito Mészáros tece interessantíssimas considerações, que aqui não abordaremos por falta de espaço, sobre o papel do Estado, dos partidos e sindicatos reformistas de origem operária, do papel da ideologia nessa nova situação — além dos argumentos acima resumidamente expostos acerca da crescente destrutividade e incontrolabilidade do capital — que fornecem indícios bastante fortes de que tal processo estaria em curso. De forma mais que breve, para ele o «o encolhimento do tamanho do mundo *diretamente* controlado pelo capital privado no século XX», «a enorme magnitude dos *recursos* exigidos para o deslocamento de suas contradições, no interior da constrangedora e generalizada *diminuição dos retornos*», «a lenta imersão da *saturação* da estrutura global da produção lucrativa capitalista», «as dificuldades crônicas encontradas, e geradas, pelos recursos cada vez maiores necessários para manter em existência as seções *parasitárias* do capital, às custas de suas partes *produtivas*» e, por fim, «o perceptível enfraquecimento do *poder ideológico* das instituições manipulativas (que foram originalmente estabelecidas nas circunstâncias da expansão econômica do pós-guerra e seu irmão gêmeo: o ‘Welfare State’) no período de recessão e crescente desemprego estrutural» (458-9) são, segundo *Beyond Capital*, «tendências» que «indicam um movimento muito real *em direção* aos últimos limites do capital enquanto tal, e dessa forma mostram a atualidade *histórica* de um dolo-

roso, porém inevitável, processo de transição.» (459)

Salientemos, pois qualquer incompreensão aqui pode causar muitos problemas, que a concepção de necessidade histórica em Mészáros em nada se aproxima à concepção teleológico-determinista tão presente nas diversas variantes do marxismo vulgar. Para o autor de *Beyond Capital*, a inevitabilidade do processo de transição decorre da inevitabilidade da crise; desta última, contudo, não decorre necessariamente a vitória da alternativa socialista, como sublinhamos acima. Para sermos breves, um período de transição é marcado pela possibilidade efetiva de superação da ordem do capital; todavia entre a possibilidade e sua efetivação há um largo espaço a ser ocupado pelas mediações historicamente concretas indispensáveis para a objetivação do novo. Contudo, essas mediações não decorrem automática e obrigatoriamente do solo ontológico-social da crise, dependem das ações dos homens que vivem esse momento histórico, de tal modo que da crise pode resultar tanto a superação do velho pelo novo, quanto à reafirmação do velho pela destruição do humano. Nas palavras de Mészáros, por si só a crise do velho

«não significa de forma alguma que os vários países envolvidos em tal transformação exibam todos um determinado grau de aproximação ao objetivo socialista numa escala linear. Não significa, sequer, que sejamos obrigados a nele chegar com certeza, já que a ameaçadora e sempre crescente acumulação de poderes de destruição /.../

pode nos precipitar no ‘barbarismo’ de Rosa de Luxemburgo, ao invés de garantir o final socialista.» (458)

A *atualidade* da ofensiva socialista não significa portanto, nem a inevitabilidade da revolução socialista, nem sequer a inevitabilidade do socialismo. Mas sim que, na presente situação histórica, a humanidade não pode evitar, por um ato de vontade ou seja lá o que for, o confronto com a alternativa socialista. A dimensão e profundidade da crise do sistema do capital, sua dinâmica mais essencial, colocam na ordem no dia problemas e contradições que encontram no projeto socialista, e apenas nele, a possibilidade — que poderá ou não se atualizar — de sua superação histórica. A *atualidade* do projeto socialista, portanto, para Mészáros, tem um sentido muito preciso: corresponde, como nunca antes (pois, antes, o capital se limitava ainda ao «pequeno canto do mundo» que é a Europa), às necessidades históricas mais profundas, que hoje se referem à própria sobrevivência da humanidade.

Essa concepção de *atualidade*, para sermos muito breves, é nitidamente herdeira da concepção dialética da vertente Marx-Lukács, e representa sem mais uma ruptura com todo marxismo vulgar, nas suas variadas correntes. Ser atual significa ser historicamente necessário; e não significa que, por ser necessário, sua objetivação seja uma inevitabilidade. A necessidade, nessa concepção, é sempre um complexo de determinações históricas que determinam o presente também pela delimitação do horizonte de possibilidade obje-

tivamente aberto ao desenvolvimento futuro. Contudo, a determinação de qual das potencialidades será atualizada requer a ação dos homens, com todas as mediações sócio-político-ideológicas indispensáveis em cada caso. Essa concepção ontológica, por um lado, é capaz de incorporar um *quantum* de casualidade em todo processo histórico (superando a dicotomia entre acaso e necessidade que tantos problemas tem causado) e, por outro, evidencia a diferença qualitativa entre a necessidade social e a natural, que desconhece qualquer mediação como a ação humana.

Sem nos alongarmos nessa discussão, vale à pena salientar que é essa concepção de fundo que possibilita a Mészáros afirmar tanto a possibilidade de evoluirmos para a barbárie (e não para o socialismo) e, concomitantemente, postular que vivemos num período de «transição para o socialismo». Segundo nosso autor, a atualidade do projeto marca o caráter «socialista» da transição — contudo, a «crise do velho» não é garantia suficiente de que o socialismo seja o futuro inevitável da humanidade.⁶

Para Mészáros, portanto, a atualidade histórica da ofensiva socialista «não implica mais do que ex-

plicitamente afirma: /.../ se reduz a não mais que ao perturbador fato negativo» de que nos aproximamos ao «limite além do qual a acomodação forçada e os novos sacrifícios impostos se tornam intoleráveis não apenas *subjetivamente* para os indivíduos envolvidos, mas também *objetivamente* para a continuação do funcionamento da estrutura sócio-econômica dominante. Nesse sentido, e em nenhum outro, a atualidade histórica da ofensiva socialista — enquanto sinônimo do fim do sistema de melhorias relativas através da acomodação consensual — está destinado a se impor no longo prazo.»(674)

É sem mais evidente que uma tal formulação da atualidade histórica do projeto socialista está intimamente articulada à concepção do projeto enquanto tal. Para Mészáros, esse projeto, para ser socialista, deve colocar sem meios termos a destruição do capital como a questão histórico-estratégica decisiva. A abolição da totalidade do capital, e não a reforma de seus aspectos mais diretamente alienantes, é a pedra de toque da viabilidade histórica do projeto socialista. E isto porque a superação da «perdularidade» destrutiva do atual metabolismo social, que se manifesta na «incontrolável demanda por *recursos* /.../», no caráter «cres-

cente *capital-intensivo* do seu processo de produção /.../», na «pulsão cada vez mais acelerada para a *multiplicação do valor de troca* /.../ abertamente *oposta* ao ‘valor-de-uso’ a serviço de *necessidades humanas* /.../» e no «pior tipo de desperdício: o desperdício de pessoas, através da produção de massa de *pessoas supérfluas* que /.../ não se encaixam mais nos limites esquemas da produção de lucro e da desperdiçadora multiplicação do valor de troca»(701-2); — a superação dessa destrutiva perdularidade do sistema global do capital apenas pode ser concebida, repetimos, pela destruição do capital enquanto totalidade.

Nas palavras do próprio autor,

«O significado do projeto socialista não pode ser outro senão a intervenção corretiva consciente — e, no correto momento, sua fundamental reestruturação — sobre as determinações causais da ordem sócio-reprodutiva estabelecida. É por isso que os socialistas, para terem qualquer esperança de sucesso, devem negar o próprio *capital* — uma *causa sui* inalterável — e não simplesmente uma ou outra de suas variantes históricas contingentes, como por exemplo o atual sistema dominante global capitalista. De fato, o projeto socialista representa a gritante necessidade de se dirigir a causas enquan-

• • • • •
 • ⁶ «Deve ser enfatizado novamente, como mencionado na seção 18.1.1, que a atualidade histórica da ofensiva socialista /.../ não significa que o sucesso está assegurado nem que sua realização está na virada da esquina. ‘Histórico’ aqui indica, por um lado, que emergiu na agenda histórica a necessidade de instituir algumas mudanças fundamentais na orientação e organização do movimento socialista; e, por outro lado, que o processo em questão se desdobra sob a pressão de determinações históricas poderosas, que empurram o sujeito social do trabalho na direção de uma estratégia ofensiva sustentável, se é que ele quer realizar, não apenas seus objetivos transformadores globais, mas até mesmo os seus objetivos mais limitados. Tudo indica que o caminho à frente deverá ser difícil, e certamente não pode ser completamente contornado ou evitado.»(737)

to causas do modo de controle sócio-metabólico estabelecido, para erradicar as tendências destrutivas do capital hoje já bastante visíveis e cada vez mais preponderantes, antes que seja muito tarde.»(71)

«Hoje, mais do que nunca antes, conclui Mészáros, enfrentar o desafio dessa trabalhosa transformação qualitativa deve constituir o princípio orientador vital do projeto socialista.»(131-2)

A passagem do capitalismo para uma sociedade emancipada é caracterizada por Mészáros como a passagem de uma forma de controle sócio-metabólico regida pelo capital à outra, controlada pelas necessidades humanas. Argumenta Mészáros que considerações *qualitativas*, as únicas que podem avaliar as necessidades humanas, não podem ter lugar sob o capital. A ele é essencial nivelar quantitativamente o ser humano enquanto força de trabalho, submetendo nesse processo todas as relações sociais. «Em contraste, a ‘lei econômica’ discutida por Marx no contexto do sistema comunal de produção e distribuição é caracterizado como um regulador inerentemente *qualitativo*» que tem por categoria decisiva não mais o tempo de trabalho socialmente necessário mas sim o *«tempo disponível»*. Ou seja, a mensuração da riqueza humana através dessa última categoria exhibe em Marx «um significado qualitativamente diferente da lei do valor que predomina atra-

vés das relações de troca numa sociedade de mercado [commodity society]»(767), pois subsume o processo reprodutivo às necessidades humanas e não implica, como hoje, no predomínio das necessidades reprodutivas do capital sobre as do ser humano.

O que está em jogo, portanto, para Mészáros, não é abolição de uma ou outra forma de propriedade privada, ou de personificação do capital. Nem muito menos a extinção de uma ou outra forma jurídica da regência do capital. O que está em questão é nada mais nada menos que a destruição da totalidade do capital, pois é nessa sua dimensão universal — e apenas nela — que se explicita plenamente a sua essência enquanto modo sócio-metabólico de subsunção do trabalho vivo ao trabalho morto.

«O verdadeiro alvo da transformação emancipatória é a *completa erradicação do capital enquanto um modo totalizador de controle* do próprio metabolismo sócio-reprodutivo, e não simplesmente o *deslocamento* dos capitalistas enquanto ‘personificação do capital’ historicamente específica. /.../»(368-9)

Desconsiderar esse fato e identificar a abolição da propriedade privada com a superação do capital está, para Mészáros, na base das tragédias dos projetos revolucionários que chegaram ao poder neste século. O resultado histórico dessas experiências, tal como ocorreram no Leste Europeu e na antiga URSS, para

nosso autor não foi outro senão a manutenção do sistema do capital através de outras mediações sociais que, embora muito diferente do capitalismo clássico (acima de tudo por serem um modo de extração do mais trabalho imposto por mediações extra-econômicas como o constrangimento político e policial), mantiveram o metabolismo social regido pelo capital. E, também por isso, continua Mészáros, não é de modo algum surpreendente que, ao final dos anos oitenta, frente à crise do capitalismo e das sociedades pós-revolucionárias, seus dirigentes, de Thatcher a Gorbachev, tivessem coincidido na avaliação de que não «há outra alternativa» senão o capitalismo.

Essa avaliação feita por Mészáros da experiência soviética — e do movimento revolucionário a ela associado — é certamente uma das facetas mais polêmicas do seu texto. Em uma resenha já publicada entre nós⁷, Daniel Singer aponta que *Beyond Capital* teria subestimado a importância dos constrangimentos históricos e econômicos no interior dos quais se desdobrou a experiência bolchevique. Não me parece que esse seja o caso, mesmo porque Mészáros não tem por objetivo elucidar as mediações históricas daquela experiência particular. O que interessa a nosso autor é demonstrar como a abolição da personificação clássica do capital, o proprietário privado, não possibilitou enfrentar com sucesso as circunstâncias históricas — mesmo que elas conduzis-

• • • • •

• ⁷ Revista *Práxis*, nº7, jun-out. 1996, Ed. Projeto, B. Horizonte.

sem a uma derrota — de modo a evitar a lacônica auto-dissolução da experiência soviética.

No mesmo diapasão, argumenta Mészáros que toda experiência reformista, desde a II Internacional até os dias de hoje, conduziu à conversão dos partidos e sindicatos operários na ala menos conservadora dos Partidos da Ordem, para utilizar uma velha expressão de Marx. Pois, à medida que têm como proposta transitar ao socialismo através de uma cadeia de reformas parciais que controlem o capital, o resultado não poderia ser outro — por ser o capital ontologicamente incontrolável — senão o controle do capital sob os próprios reformistas que queriam controlá-lo. A demonstração exaustiva de Mészáros de como todos os projetos reformistas, para que possam ser reformistas, necessariamente devem assumir a própria essência da reprodução ampliada do capital, é certamente um dos momentos mais forte e melhor articulado do texto.

Nesse sentido, por exemplo, argumenta Mészáros que

«As concessões ao trabalho sob o Welfare State não enfraqueceram nem um pouco o capital. Muito pelo contrário, elas contribuíram significativamente para manter a dinâmica expansionista do sistema por um período de duas décadas e meia após a Segunda Guerra Mundial. Nem tais concessões alteraram as relações de força em favor do capital. Se algo, elas enfraqueceram a combatividade do trabalho por reforçar as mistificações do reformismo.»(791)

Sua avaliação inteiramente negativa das experiências dos partidos trabalhistas europeus, sua fina ironia contra os Mitterrand e os Tony Blair da vida, transformados em novas «personificações do capital» independente de quererem ou não, possuem elementos muito ricos também para uma crítica, pela esquerda, da experiência brasileira mais recente. Não há como administrar a sociedade burguesa a não ser do ponto de vista do capital, e este não é um solo adequado para a acumulação de forças para a revolução; antes, pelo contrário, é o solo mais adequado para a dissolução dos objetivos revolucionários em projetos, *a priori* fadados ao fracasso, de domesticação do sistema do capital. Contra o pretensão realismo dos reformistas de plantão, assinala que

«o que é mais *irreal* não é a alternativa hegemônica socialista à regência do capital em todas as suas formas conhecidas e ainda possíveis, mas a projeção gratuita de que a humanidade possa sobreviver muito mais no interior dos limites estruturais necessariamente destrutivos do modo estabelecido da reprodução sócio-metabólica.»(793)

Isso posto, não é difícil divisar que, para Mészáros, ir *Para Além do Capital* significa, antes de mais nada, romper a postura *defensiva do trabalho para com o capital*. Essa «postura defensiva» se caracteriza pela incapacidade de o trabalho assumir o controle do metabolismo social — mesmo tendo tomado o poder político em algumas circunstâncias.(368) Tomar o poder político e se limitar a «expropriar os expropria-

dores» pela abolição da propriedade privada, pelo estabelecimento de novas relações jurídicas de propriedade perfaz, para Mészáros, a «postura defensiva» do trabalho frente ao capital. Seria ela «O principal impedimento para deslanchar a realização do projeto socialista»(790).

Como o sistema do capital funciona como um todo, com as suas partes reforçando-se mutuamente, «A alternativa hegemônica do trabalho à regência do capital é inconcebível sem uma *completa erradicação do capital do processo sócio-metabólico*. Essa é a razão do porque a derubada do capital dificilmente pode fazer mais que arranhar a superfície do problema.» O máximo que pode ser derrubado são «as personificações do capital», Estado incluso — o que sempre foi considerado por Marx «apenas como o primeiro passo necessário na direção da transformação socialista requerida.»(792) A passagem para a porção positiva desse processo, a construção de um novo metabolismo social, requer a construção de uma nova ordem social.

«É por isso que a revolução socialista não pode ser concebida como um ato singular, não importa quão radical na sua intenção. Ela teria que ser descrita, como vimos no *18 Brumário* de Marx, como uma *revolução social que se desdobra consistentemente auto-crítica*, isto é, como uma *revolução permanente* capaz de prover e constantemente crescer o *modo de controle* positivamente auto-determinado da ordem socialista.»(792)

4 – Conclusão

Não resta a dúvida — e espero que as linhas acima sejam claras nesse sentido — que estamos diante de um autor que assume uma postura claramente maximalista. Não porque, como talvez possa sugerir a seleção dos temas para esse artigo, desconsidere a importância das mediações para a objetivação das metas estratégicas; mas sim porque considera que não há qualquer viabilidade, do ponto de vista socialista, de um processo tático de acumulação de forças que não seja clara e decididamente orientado por uma concepção estratégica que não se iluda acerca das possibilidades de controle do capital. Dada a intensidade da destrutividade do capital hoje em dia, a autêntica alternativa aberta à humanidade é ou a destruição de si própria ou a erradicação do capital da vida social, sem possibilidade de um *tertium datur*.

«.../ o verdadeiro objeto da transformação socialista — para além da negação do estado e das personificações do capital — só pode ser o estabelecimento de uma auto-sustentável ordem sócio-metabólica alternativa. Uma ordem da qual o capital com todos os seus corolários — incluindo o assim chamado ‘mecanismo de mercado’ que de fato não pode estar muito distante de ser tão somente um mecanismo — tenha sido irreversivelmente removido.»(792)

O estabelecimento de uma «auto-sustentável ordem sócio-metabólica alternativa» é muito mais que a negação do capital. Exibe uma positividade que vai para muito além da mera tomada do poder político

— ainda que sem essa tomada nenhum processo revolucionário possa vir a ser. Por isso, para ser uma revolução socialista na acepção que Marx conferiu ao termo, segundo Mészáros

«o significado da negação radical só pode ser definida como momento subordinado ao projeto positivo da alternativa hegemônica do trabalho ao próprio capital /.../. A rearticulação do movimento socialista enquanto uma ofensiva estratégica para ir para além do capital é nesse modo uma pré-condição necessária mesmo aos sucessos parciais que, com o tempo, na moldura de uma estratégia correta, podem se tornar cumulativos. Pelo contrário, sem o objetivo da própria estratégia ofensiva /.../ a jornada fica carente de compasso. E certamente nós não podemos nos dar ao luxo de vagar por outro século e meio no beco sem saída de tentar produzir mudanças estruturais no interior dos confins paralisantes do sistema do capital.»(793),

Beyond Capital é uma obra gigantesca, literal e figurativamente. Além de discutir os temas acima selecionados, realiza ainda o acerto de contas de Mészáros com Marx, Hegel, Lukács, Hayeck, Kant, Stalin, reformistas dos mais variados matizes, discute com cautela os problemas da transição no assim chamado Terceiro Mundo, a especificidade da relação Estado-capital hoje e na época de Marx, etc. — e, ainda, delinea uma nova proposta para a rearticulação de um projeto socialista ao redor de uma estratégia ofensiva. É importante salientar o escopo da obra para indicar o quanto a nossa exposição é parcial e nem sequer

enumera muitos dos temas mais importantes nela discutidos.

Uma obra de tal magnitude e horizonte demanda algo mais que um primeiro contato para que dela possamos ter uma avaliação rigorosa. Mesmo com essa ressalva, arriscaria a dizer que ela representa a possibilidade da vertente teórica sinalizada por Marx e Lukács assumir uma função politicamente significativa nesse final de século. Talvez um eventual fracasso das teses de Mészáros venha a demonstrar a inviabilidade das concepções ontológicas mais gerais que Lukács pretende ter retirado de Marx.

Para quem já teve um contato com a obra, essa nossa afirmação pode parecer paradoxal. Pois, nela, Mészáros realiza uma crítica bastante dura das posições tanto do jovem quanto do Lukács maduro — como já mencionamos. Sem desconsiderar que essa crítica toca aspectos decisivos da elaboração lukácsiana, nos parece que Mészáros compartilha com seu antigo mestre algumas concepções ontológicas fundamentais, como a historicidade da essência, o predomínio ontológico e metodológico da totalidade, a centralidade ontológica do trabalho para a vida social, etc. E, nesse sentido, *Beyond Capital* possui um interesse particular aos estudiosos de Lukács: talvez seja ele o campo de teste político-ideológico das concepções ontológicas do filósofo húngaro.